



**ACÓRDÃO Nº 474/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11505/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Envira- FAPENV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos, Presidente da FAPENV.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 42/2017-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.583/586).
- 8- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Envira- FAPENV. Exercício de 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Multa.  
Recomendação. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, responsável pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Envira - FAPENV, no curso do exercício de 2015, na competência atribuída pelo art. 1º, inciso IV da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 11, inciso III, alínea a, item 3, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Recomendar** ao Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Envira - FAPENV:



**ACÓRDÃO Nº 474/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 9.3.1.** Que providencie a participação do contador responsável pelas demonstrações contábeis por ocasião de auditoria do TCE/AM;
- 9.3.2.** Que adote, dentro de suas competências, cadastro de fornecedores para seus bens e serviços realizados contínua e constantemente nos termos do art. 34 da Lei nº 8.666/93 com publicação mensal conforme o art. 16 da mesma Lei, com vistas à eficiência na gestão pública (art. 37, caput, CF/88);
- 9.4. Determinar** ao Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Envira - FAPENV que acompanhe e registre em documento hábil e específico, os protocolos de envio das remessas mensais ao Sistema E-Contas com vistas a permitir o controle dos envios e evitar atrasos, atendendo ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, CF/88);
- 9.5. Determinar** à SECEX, por meio de sua Comissão de Inspeção Ordinária, que:
- 9.5.1.** Verifique a comprovação da adoção do Sistema de Patrimônio informado na defesa, assim como, ao FAPENV, que implante o Sistema de Registro e Controle de tombamento dos bens móveis e imóveis da autarquia municipal, registre sua depreciação, e realize anualmente o inventário de seu patrimônio, atendendo ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, CF/88);
- 9.5.2.** Verifique a inclusão da movimentação do Passivo Real a Descoberto do FAPENV no Plano de Auditoria com vistas e verificar a efetividade das medidas informadas na defesa;
- 9.5.3.** Verifique “in loco” o método de atualização do Portal da Transparência informado na defesa como implantado em 2016;
- 9.5.4.** Verifique “in loco” a evolução da Certificação Previdenciária com vistas a evidenciar a efetividade das medidas informadas na defesa;



**ACÓRDÃO Nº 474/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 9.5.5.** Verifique se foi contratada empresa de atuaria para elaboração de Parecer Atuarial, devidamente acompanhado pelo Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial - DRAA, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conforme previsto no art. 3º, alínea "d", da Resolução TCE nº 08/11;
- 9.5.6.** Verifique a implementação das ações do Gestor em face dos Acórdãos nº 554/2015 e nº 182/2016, ambos da Corte Plenária deste TCE/AM.

**10- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 2 de Maio de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral